



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 5/2017

----- Aos dez dias do mês de março do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida por motivos pessoais, procedendo-se à sua substituição. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Não foram presentes atas para aprovação. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Seiscentos e noventa e quatro mil, trezentos e vinte e cinco euros e onze cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e oito euros e sete cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO 2017. PERÍODO DE 01 A 28 DE FEVEREIRO (ANEXO 1); -----

----- MEDIÇÃO ACÚSTICA AO ESTABELECIMENTO WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA ; -----

----- AVALIAÇÃO DO APOIO REALIZADO PELAS UMS NA UCC DE RIO MAIOR NO ANO 2016 (ANEXO 2) -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir ao carnaval, em particular o carnaval escolar, que decorreu com normalidade embora as opiniões se dividam em relação a toda a organização, quer seja o horário, quer seja o local ou até mesmo às atrações. A seu ver, e no geral, correu bem, com a equipa da organização a imprimir a toda a festa muita alegria e muita diversão e com a distribuição de águas e frutas às crianças o que as deixou mais confortáveis. Relativamente ao desfile noturno as inovações foram bastante boas em sua opinião e a tenda foi uma ideia genial. Considerou que, no entanto, já começa a ser altura de se começar a pensar em ir mais além e ponderar o apoio aos grupos e associações participantes de forma que o investimento possa ser atenuado e seja uma forma de incentivo à participação de ainda mais pessoas. -----

----- Acerca da aproximação da realização das Tasquinhas afirmou que existem alguns locais nobres com situações muito degradadas, como por exemplo as antigas instalações da Basmaior, e que já vem alertando desde 2015, que não dignificam a cidade e questionou se já existe alguma resposta quanto ao destino daquelas instalações que estão em ruínas. -----

----- Sobre o terminal rodoviário disse que finalmente foi limpo e arranjado a tempo da inauguração das Tasquinhas e vai finalmente ficar com um aspeto bonito e com a dignidade que uma obra importante e que distinguida deve ter. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que a atividade das unidades móveis de saúde deve ser motivo de satisfação e regozijo para todos, assim como o facto de a Câmara Municipal, continuar a fazer um investimento na saúde, que é um dos pilares sociais, através desta unidades que em boa hora foram criadas com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, em especial ao nível da prestação de cuidados básicos de saúde e de cuidados domiciliários. Salientou que se sabe que a Câmara Municipal faz um esforço acrescido para manter este serviço e, em face disso, pode ser discutível até onde se deve ir em áreas de investimento que extravasam as atribuições das autarquias, como a saúde e educação, no sentido de garantir boas condições de negociação e de pressão face à administração central. Disse ainda que esta consideração em nada afeta a sua concordância com o funcionamento desta decisão das unidades móveis e outras que beneficiem as pessoas e o concelho, disse

tratar-se apenas uma opinião de que se também avaliar até onde se poderá chegar nestes investimentos. -----

----- Referiu-se em seguida às Salinas, consideradas como a área de excelência com maior vocação turística do concelho, dizendo que em todos os fóruns se diz que é preciso investir na valorização e na salvaguarda do património das Salinas, em aspetos tão básicos como os acessos, parque de estacionamento, limitação do trânsito na via principal, criação de um centro de interpretação ou algo do género, entre outras coisas, mas o que é facto é que ainda nada avançou, continua-se na fase do planeamento, dos estudos, dos planos e alterações, e o que é certo é que após todos estes anos ainda não se conseguiu avançar de forma mais estruturada e estratégica. Questionou qual o ponto de situação do plano de pormenor e as perspetivas de desenvolvimento do mesmo. Disse ainda que fazer esta análise relativa é importante porque se lhe perguntarem se é a favor e se concorda com o investimento na zona ribeirinha irá dizer que sim, que é fundamental recuperar a zona antiga da cidade e a zona ribeirinha, se lhe perguntarem se concorda com a aquisição da antiga moagem para fazer o que quer que seja, porque não dispõe ainda da informação da utilização futura, irá dizer que sim, porque é um edifício antigo, numa zona que pode ser de excelência e de valorização turística e cultural, mas considera também que a análise que tem que ser feita é uma análise relativa, ou seja, qual é a prioridade e qual o caminho que se deve seguir face aquelas que são as metas definidas e a estratégia definida, e assim, sendo que a meta e estratégia há já muitos anos é a valorização das Salinas em todos os aspetos, face a essa prioridade, verifica-se que não existe qualquer informação sobre o que vai avançar ou sobre aquilo que está em perspectiva de investimento. Afirmou que, por isso, do ponto de vista relativo tem dúvidas e faz esta análise comparativa neste local para perceber qual é a prioridade e a estratégia e quais são os investimentos preconizados no âmbito do plano de desenvolvimento turístico que está a ser desenvolvido, assim como também no plano de pormenor e salvaguarda da área das Salinas de Rio Maior. -----

----- Acerca do carnaval disse que concorda com aquilo que foi já dito e referiu que, para além de ter sido um sucesso, foi interessante verificar que houve uma mobilização grande e de qualidade na rua e que é importante isso acontecer. Sobre o carnaval escolar disse que fará sentido refletir sobre o que não correu bem este ano e porque é que cerca de trezentas crianças não estiveram na rua a festejar junto com as restantes, para que se possa planear e organizar com vista à total adesão da comunidade escolar. -----

----- Relativamente às Tasquinhas disse tratar-se de um dos eventos mais relevantes do concelho ao nível do associativismo cultural, desportivo, filarmónico que permite

que as pessoas saiam à rua e calendarizem este momento, simbolicamente importante, de reencontro relacional, económico, social, de realização de receitas e, em face disso, espera que esta edição que se aproxima tenha sucesso e que possam existir novidades e alguns momentos de renovação. Disse ainda que considerando que Rio Maior tem já, na área da gastronomia e dos chefes de cozinha, um património riquíssimo, como é exemplo o riomaioirense que está a trabalhar num restaurante em Espanha com três estrelas Michelin, deixou a dica de se chamarem esses jovens e mobilizá-los convidando-os para se envolverem nesta dinâmica das Tasquinhas de Rio Maior e na dinâmica da valorização agroalimentar que se iniciou com a Frimor. Terminou com esta sugestão de convocar a juventude e estes jovens que se encontram a trabalhar ao mais alto nível e em unidades de grande qualidade, para a valorização e divulgação do nosso município e das nossas atividades criando, para o efeito, uma base de dados de forma agregar e conhecer as pessoas que podem ajudar na promoção do concelho de Rio Maior. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por questionar acerca das contas relativas ao carnaval e solicitou que as mesmas lhe pudessem ser apresentadas separadamente, ou seja, as do carnaval escolar e as do carnaval noturno e, neste âmbito, acrescentou que o carnaval de Rio Maior não deve ser visto só na cidade e sim existir uma visão integrada para que as associações, que há mais de trinta anos organizam cursos carnavalescos, possam potenciar e interagir de forma a criar um roteiro carnavalesco e, em seu entender deveriam também, à semelhança de outros municípios, ser criados incentivos de participação e prémios de classificação. Acrescentou que a questão do roteiro carnavalesco é importante na medida em que as freguesias não conseguem estar a par do poder de atração que tem a cidade e desta forma conseguir-se que a cidade e as freguesias beneficiassem desta época festiva e não, como aconteceu, os bailes na localidades ficarem completamente vazios. Concordou com o facto de se trazerem figuras públicas como chamariz mas afirmou que não gostou da intervenção dos locutores presentes porque considera que deve haver muito pudor nas palavras que se utilizam e que as referências pouco abonatórias a pessoas presentes nunca deveriam ser permitidas, como aconteceu. Por fim, em jeito de conclusão, reafirmou que era importante ter um roteiro carnavalesco no concelho e todos ganhariam com isso. -----

----- De seguida questionou acerca do ponto de situação do processo de revisão do Plano Diretor Municipal e qual o cronograma de execução face às entidades que continuam sem responder às solicitações que foram colocadas, acerca de qual a

evolução do processo de atribuição de antropónimos e ainda sobre a evolução do processo de elaboração do plano de pormenor das Marinhas do Sal. -----

----- Solicitou ainda que pudesse ser esclarecido das razões da demora das ligações de água da Vila da Marmeleira porque tem sido feita muita especulação e convinha que problemas técnicos não se transformassem em outro tipo de problemas. -----

----- Continuou dizendo em seguida que se irá assistir, no curto prazo, a uma torrente de candidaturas ao Portugal 2020, em particular para entidades que não se reduzem apenas às autarquias e, em face disso, a CDU e o próprio sugerem que seja criado uma estrutura designada como “Gabinete 2020” porque já se encontram abertas candidaturas várias para entidades sem fins lucrativos, para equipamentos coletivos, para o movimento associativo, para as juntas de freguesia, para associações de direito público e, em seu entender, o *know how* instalado no concelho exige que a Câmara Municipal seja uma plataforma de acesso democrático e total de informação para que se possa rentabilizar o mais possível verbas para fazer obra e desenvolver o concelho em várias frentes. -----

----- De seguida saudou a eleição da Dr.^a Sónia para coordenadora da USF e considerou que cumpre a todos que ela possa fazer melhor que os anteriores porque, se assim for, todos ganham com isso. -----

----- Referiu-se ainda ao Dia da Mulher, 8 de março, saudando todas as mulheres e dizendo que às mulheres cumpre um papel muito mais determinante na sociedade portuguesa e na sociedade mundial do que aquele que, infelizmente, a sociedade tem vindo a caracterizar. Acrescentou que não se trata de elogio fácil já que a própria história portuguesa dá às mulheres, não só pela sua maioria, um papel decisivo na organização social e na rentabilização da sociedade. Disse ainda que infelizmente as mulheres continuam a ser o maior número de desempregados, de precárias, com salários inferiores aos homens e que é isso que é preciso alterar, considerando que o quadro atual da Assembleia da República pode permitir alterar a circulação de forças.-

----- Por fim deu conta do 96º aniversário do seu partido que será comemorado em abril em Rio Maior e afirmou que numa altura em os partidos sofrem grandes ataques é sua convicção que não há democracia sem partidos e também que o próprio não seria o que é se não fosse o seu partido, o Partido Comunista Português, e acrescentou que a universidade lhe deu a instrução mas o partido deu-lhe os valores e os gosto imenso de servir os outros e a causa pública. Desejou ao seu partido longa vida como foi até agora desde a primeira república até ao presente. -----

----- **ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que concorda com as intervenções dos Vereadores do PS em relação ao carnaval e confirmou a não participação de algumas escolas, situação que requer uma avaliação e ponderação das razões que levam a que isso aconteça, a qual já teve início por parte da equipa da câmara municipal que trabalha nesta área, no próximo Conselho Municipal de Educação e posteriormente com os responsáveis dos estabelecimentos que optaram por não participar. Relativamente ao carnaval no geral, escolar e noturno, considerou que foram mais os aspetos positivos que os negativos e concordou que está na hora de avançar para formatos mais aliciantes. Esclareceu que a escolha pelo aluguer de uma tenda veio na sequência de não haver certezas no que respeita às condições atmosféricas e que em relação aos diversos bailes realizados pelo concelho a informação que lhe chegou foi que todos foram um sucesso, tiveram afluência e que as organizações ficaram satisfeitas com os resultados. Acrescentou ainda que, em seu entender, as atividades realizadas na cidade sede de concelho não tiveram qualquer influência negativa nos restantes festejos realizados pelo concelho e concordo com a sugestão de se poder fazer uma agenda de carnaval onde estejam incluídos os eventos a realizar por todo o concelho embora nem sempre seja fácil reunir toda a informação atempadamente e coordenada devido às datas. Informou que esta situação está a começar a ser salvaguardada com a plataforma do associativismo que está numa fase de arranque. Referindo-se ao apontamento feito acerca de outros municípios darem incentivos e atribuírem prémios questionou se os mesmos também terão anualmente contratos-programa assinados com todas as associações dos concelhos para transferência de verbas. -----

----- Ainda sobre as associações e as preocupações demonstradas pelo Vereador Augusto Figueiredo em relação à subsistência das mesmas, interrogou porque é que fazendo o Vereador parte da Federação Distrital de Associações não se empenhou já na resolução de situações que vem referindo, como a isenção de pagamento de IMI para as associações, e arranjou soluções para esse e outros problemas. -----

----- Em relação aos antropónimos voltou a informar, pela terceira vez, que sozinha não o iria fazer mas que se o executivo assim o entendesse o faria. -----

----- **JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Informou que se aproxima a data de início das Tasquinhas e, como tal, será feita a apresentação formal do certame no dia 14 de março no Cineteatro de Rio Maior, para o qual convidou todos os vereadores e todos os presentes. Acerca da sugestão do Vereador Daniel Pinto de convocar a juventude que se encontram a trabalhar ao mais alto nível e em unidades de grande qualidade, para a valorização e divulgação do nosso município e das Tasquinhas referiu que uma atividade dessa natureza se poeria

incluir no espaço showcooking que é organizado pela câmara e outras duas entidades, uma das quais representada pelo Vereador Daniel Pinto, e cujo formato para este ano foi definido em reunião realizado entre as mesmas. -----

----- Acerca da criação de um gabinete de apoio para candidaturas ao Portugal 2020 disse que o centro de negócios, embora tenha como alvo principal as empresas, está disponível para ajudar qualquer entidade que lá se dirija no âmbito das candidaturas e projetos que queiram desenvolver, assim como os serviços de juventude nas matérias que lhes compete, designadamente o Erasmus +. Deu ainda conta que a sessão de esclarecimentos realizada pelo Centro de Negócios acerca do programa “Empreende Já” permitiu que sete dos cinquenta jovens que estiveram presentes apresentassem candidaturas nas quais o Centro de Negócios deu toda a ajuda necessária. -----

----- Em relação à intervenção acerca das prioridades de investimento referiu que não deve haver uma visão tão redutora e fixar-se apenas uma meta tentando, isso sim, integrar os diversos projetos para que exista um desenvolvimento turístico e cultural global. Acrescentou ainda que, por vezes, nem se consegue dissociar umas intervenções das outras e também que, não obstante se definam prioridades, não devem ser deixados para trás outros setores e outras atividades e tentar-se sempre um desenvolvimento global. -----

----- **CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Acerca do carnaval escolar quis apenas deixar a nota de que esta data e a sua organização são definidas em colaboração com os agrupamentos de escolas e aprovadas em sede própria lamentando que mesmo assim alguns estabelecimentos estivessem ausentes e, em particular, um dos que está situado dentro da cidade de Rio Maior. -----

----- Sobre os trabalhos iniciados no terminal rodoviário informou que não estariam concluídos antes das Tasquinhas porque terá que ser avaliado o tipo de infiltrações que existem na estrutura e após essa avaliação definidos os trabalhos necessários. Acrescentou que se prevê que os mesmos possam estar terminados até final de abril.-

----- Referindo-se às instalações da antiga Basmaior e à requalificação da zona, lembrou que aquela área está classificada em Plano Diretor Municipal (PDM) “zona industrial a consolidar” e enquanto não for alterada a classificação em sede de revisão do PDM não poderão ser considerados outros usos para o local. Acrescentou que a revisão do PDM se tem vindo a atrasar devido às sucessivas alterações dos regimes de elaboração das cartas, em particular o regime de Reserva Ecológica Nacional (REN). Informou que neste momento a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) se encontra a analisar a última versão

da carta de REN Bruta do concelho que foi enviada com a atualização mas que novas alterações de critérios podem vir a ser emitidas por aquela entidade. Deu ainda conhecimento que, nas várias reuniões que se têm realizado, ocorreu uma situação complicada com o plano de ordenamento do PNSAC, sobre o qual os municípios não foram consultados, ao definir as áreas do aglomerados urbanos não coincidem com as existentes no PDM estando, por isso, a situação a ser analisada por forma a consensualizar. Disse ainda que o processo de revisão foi adjudicado a uma empresa exterior ao município que está, neste momento, a elaborar o estudo de impacte ambiental para submeter a discussão. -----

----- De seguida informou também que no âmbito do Regime de Regularização das Atividades Económicas – Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro – de todos os processos que vieram a parecer da Câmara e deliberação da Assembleia Municipal, até à presente data apenas foi recebido, nestes serviços, um processo para se proceder à regularização não havendo qualquer comunicação relativamente aos restantes. -----

----- Referiu que em relação ao Plano Estratégico de Turismo informou que foi realizada uma reunião com a empresa que está a elaborar o plano e que no próximo mês de abril será realizada outra na câmara municipal com o executivo, a equipa que está a elaborar este plano e a que está a elaborar o plano de pormenor das Salinas para concertação, acrescentando que, em princípio, poderá estar presente alguém por causa dos “Caminhos de Fátima”, que estão em fase de definição conjunta entre os municípios. Deu conta ainda da preocupação se Rio Maior devia ou não estar aguardar para ficar no mesmo ponto de situação em relação aos trabalhos de elaboração do plano que Santarém, mas estando o plano de Santarém muito atrasado em relação a Rio Maior optou-se com consensualizar posteriormente e o plano de Rio Maior avançar conforme previsto. Informou que se tudo correr como planeado o mesmo estará em condições de ser aprovado na Assembleia Municipal de Junho. -----

----- Acerca do cronograma do Plano de Pormenor das Marinhas do Sal disse que, segundo se lembra, a última grande intervenção que houve nas Salinas remonta ao ano de 1996, ano em que esteve como Presidente de Câmara, e que após essa intervenção nunca mais foi feita qualquer ação em relação àquela área mesmo quando em 2006 o vereador João Sequeira, com o pelouro na altura, ter afirmado que seria ponto de honra ter o plano de pormenor para a zona concluído. Salientou que tal não aconteceu e que de há três anos para cá se anda a tentar chegar a uma versão final do plano e que, por ser uma zona protegida, não é tarefa fácil pela intervenção de diversas entidades e não haver consensos. Informou que a caracterização e diagnóstico já foram aprovados pela câmara, o estudo de impacte ambiental já

mereceu a aprovação de algumas das entidades competentes e aguarda-se que o PNSAC se pronuncie sobre o novo traçado proposto para a estrada. Disse esperar que até setembro se consiga cumprir os trâmites legais e aprovar o respetivo plano. ---

----- Informou que se encontram a decorrer os concursos para as estações elevatórias do bairro social da Azinheira e bairro social da Ribeira de São João e outras obras e para as obras de beneficiação no antigo quartel dos bombeiros. Acrescentou que estão em curso as obras de beneficiação da antiga biblioteca municipal e que foi aberto novo concurso para a diminuição de perdas de água no concelho e encontra-se já a decorrer a 1ª fase dos trabalhos. Disse ainda que, a correr como planeado, as obras referidas e outras que se encontram a decorrer estarão finalizadas até ao verão.-----

----- Terminou explicando que os problemas relativos às obras na Vila da Marmeleira não têm nada a ver com as condutas e que foram originados por problemas informáticos e de bombagem, que têm sido realizadas muitas reuniões com os projetistas, com o empreiteiro e com os serviços e que, em princípio, será feita durante o dia de hoje uma tentativa para que tudo fique finalmente a funcionar. -----

----- **ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dar conhecimento das contas do carnaval que por lapso não deu na intervenção anterior. Disse, assim, que o total para a realização dos dois momentos do carnaval (escolar e noturno) foi de onze mil quinhentos e oitenta euros e sessenta cêntimos, sendo que o grosso da despesa se refere a contratação de serviços que são comuns aos dois, nomeadamente o aluguer da tenda, a sonorização, a publicidade, entre outros. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Pediu a palavra para se referir à resolução do problema do IMI nas coletividades dizendo que teve a oportunidade, aquando da visita do Secretário de Estado Carlos Miguel, ter-lhe colocado o problema da necessidade de isentar as coletividades do pagamento de IMI e informou que à data foi dito que o problema estava em discussão e que a Presidente de Câmara seria informada de como se iria resolver este problema. Afirmou que não obstante esta situação, afirmou que se for considerado necessário que apresente uma proposta de resolução o fará porque, inclusive, já foi documentado em livro a proposta que apresentou para solução desse problema. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Subscreveu o que o Vereador Daniel Pinto disse em relação às unidade de saúde quando refere que em boa hora foram adquiridas e acrescentou que também em boa hora se alterou o modelo de serviço que inicialmente prestavam à comunidade, passando a haver articulação com o centro de saúde que facilitou e credibilizou os

serviços prestados por essas unidades. Disse ainda que este relatório elaborado pelo ACES é o reconhecimento da importância e uma mais-valia para todos. -----

----- Acerca das prioridades estratégicas do executivo em funções disse que, como já foi referido, se encontram em elaboração diversos instrumentos imprescindíveis no planeamento e essa, por natureza, é a prioridade atual para que depois se possa executar. Acrescentou que, para além disso, existe uma outra prioridade que é o melhor aproveitamento possível dos fundos comunitários para realização de projetos existentes, nomeadamente a zona ribeirinha e a villa romana, isto em simultâneo com o esforço da autarquia para a comparticipação própria nestes projetos sem recorrer a empréstimos e dentro dos prazos. Fez ainda referência a outras obras prioritárias como o parque de estacionamento de apoio ao terminal rodoviário e ao centro escolar 2 no âmbito da mobilidade, a requalificação da escola da Asseiceira e a requalificação do CAO no centro escolar 1. Terminou dizendo que muitas serão as vozes que virão dizer que todas as obras e projetos foram considerados para este ano por serem eleições mas afirmou que os projetos foram viáveis para este ano, seja pelo seu desenvolvimento seja pelo seu financiamento, e que este, como os outros três, é um ano que faz parte do mandato e que ser o último não deve ser inibidor de concretizar projetos e aproveitar fundos em prol do concelho.-----

----- Acerca da referência ao dia da mulher disse que é do conhecimento geral que não advoga a favor da lei da paridade mas que reconhece que permitiu que o número de mulheres a ocupar lugares elegíveis nas listas eleitorais aumentasse e que hoje tenham lugares de topo no poder local. Lembrou que o PCP votou contra esta lei à altura da sua aprovação com o argumento de que esta lei nada vinha acrescentar à luta das mulheres pela sua participação e igualdade alertando que o diploma não respeitaria a liberdade de funcionamento dos partidos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio apenas para dizer que relativamente às quotas o PCP foi sempre contra esta solução porque acha que o valor da pessoa humana tem que ser superior a um enquadramento e muitas vezes as quotas servem exatamente para permitir outro tipo de compadrios na ascensão e na colocação dos lugares. Disse ainda que aquilo que o PCP entende é que compete às mulheres e à sociedade em geral consciencializar cada um em relação à sua importância na participação. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 11/2017 – AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DE ASSEICEIRA - PRONÚNCIA SOBRE OS ERROS E OMISSÕES IDENTIFICADOS PELOS INTERESSADOS /**

PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 11/2017, exarado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara no dia 3 de março do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou: -----

----- A aprovação do suprimento de erros e omissões conforme proposto pelo júri do procedimento da empreitada de “Ampliação do Edifício Escolar de Asseiceira”; -----

----- A prorrogação do prazo para apresentação de propostas por período de 5 dias contados da presente notificação aos concorrentes; -----

----- A publicitação da decisão em plataforma eletrónica bem como à publicação de aviso em Diário da República, nos termos legais. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto II – Pedido de informação relativa à transmissão do prédio rústico sito em Salinas-Rio Maior, em nome de Paulo César Carvalho & Graça Figueiredo Lopes-Sociedade de Solicitadores, R.L.-Processo nº12/2017. -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido, informar que para o prédio rústico, sito em Salinas, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 207 da Secção DJ, não haverá lugar ao exercício do direito de preferência. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto III – Pedido de informação relativa à transmissão do prédio rústico sito em Salinas-Rio Maior, em nome de Paulo César Carvalho & Graça Figueiredo Lopes-Sociedade de Solicitadores, R.L.-Processo nº14/2017. -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido, informar que para o prédio rústico, sito em Salinas, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 118 da Secção DJ, não haverá lugar ao exercício do direito de preferência. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ponto IV – Certificar Domínio Público em Ribeira de Santo André-Asseiceira em nome de Ricardo Filipe Carvalho Cunha-Processo n.º 16/2017. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações e pareceres emitidos, certificar que a serventia existente, não é do domínio público, pelo que não se enquadra no artigo 63º da Lei n.º 2110/61, de 19 de agosto. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ponto V – Pedido de certidão relativa à transmissão do prédio rústico sito em Salinas-Rio Maior, em nome de Paulo César Carvalho & Graça Figueiredo Lopes-Sociedade de Solicitadores, R.L.-Processo nº29/2017. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido, certificar que para o prédio rústico, sito em Salinas, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 122 da Secção DJ, não haverá lugar ao exercício do direito de preferência. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ponto VI – Pedido de certidão relativa à transmissão do prédio rústico sito em Salinas-Rio Maior, em nome de Paulo César Carvalho & Graça Figueiredo Lopes-Sociedade de Solicitadores, R.L.-Processo n.º 30/2017. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao parecer emitido, certificar que para o prédio rústico, sito em Salinas, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 206 da Secção DJ, não haverá lugar ao exercício do direito de preferência. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Ponto VII – Certificar Domínio Público em Aguas Férreas-Rio Maior em nome de Marta Isabel Machado Nunes-Processo n.º 35/2017. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação e parecer em apreço, certificar que a estrada que atravessa o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 70 da secção BN, sito em Águas Férreas, Freguesia e Concelho de

Rio Maior, é do conhecimento e domínio público. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto VIII – Pedido de certidão relativa à transmissão dos prédios rústicos sitos em Salinas-Rio Maior, em nome de Paulo César Carvalho & Graça Figueiredo Lopes-Sociedade de Solicitadores, R.L.-Processo n.º 43/2017.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é face ao parecer emitido, certificar que para os prédios rústicos, sito em Salinas, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscritos na matriz sob os artigos 119, 128 e 183, todos da Secção DJ, não haverá lugar ao exercício do direito de preferência. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto IX – Ajuste Direto no Âmbito do Acordo Quadro celebrado na sequência do Concurso público nº4/2016/CCE-Prestação de Serviços para Certificação Energética dos Edifícios.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação supracitada, não adjudicar a prestação de serviços em apreço ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos e, consequentemente, revogar a decisão de contratar nos termos do artigo 80º do mesmo Código. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável porque considera que é uma medida de inteligência política e de gestão que vem dar razão à política da CDU que tem vindo a ser apresentada durante todo este tempo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto X – Procedimento de Ajuste Direto no âmbito do Acordo Quadro celebrado na sequência do Concurso Público n.º 04/2016/CCE – Prestação de Serviços para Certificação Energética de Edifícios.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação em apreço: -----

----- Autorizar a abertura de procedimento de ajuste direto, nos termos do artigo 258º conjugado com a alínea h) do n.º.1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos, na

sequência da celebração do Acordo Quadro, bem como, a respetiva despesa no valor de 9.550,00€, acrescido de IVA à taxa normal; -----

----- Aprovar o convite do procedimento nos termos do n.º 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto XI - Apoio ao Associativismo Riomaioirense.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação em apreço, e considerando o trabalho desenvolvido pelo Associativismo Riomaioirense em prol da população, isentar as associações dos custos da alínea b) e d) da informação em apreço, tal como, aprovar a proposta de Apoios a Transportes para as Associações/Coletividades/ Clubes do Concelho a conceder no ano de 2017, e que os mesmos sejam considerados nos contratos programa. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Explicou que aquilo que se pretende com esta proposta é regulamentar e disciplinar a cedência de viaturas na Câmara Municipal ao movimento associativo tendo também em conta que se irá adquirir um autocarro e que é importante definir desde já algumas regras enquadradas no regulamento de apoio ao associativismo já existente e que se encontra em fase de alteração para adequação à realidade atual e, eventualmente, caso não seja legislado a nível nacional, uma solução para isentar as associações e coletividades do pagamento do IMI. Salientou que a isenção de IMI já é possível mediante cumprimento de critérios estabelecidos na lei, mas sem aplicação efetiva por falta de regulamentação. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Subscreeveu a intervenção do Vereador João António Lopes Candoso. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acerca da questão do IMI disse clarificou que a legislação sobre a isenção de IMI está consagrada em lei através das instituições de utilidade pública, que são um número muito reduzido pela dificuldade e exigência em atingir este estatuto, havendo inclusive uma coletividade no concelho de Rio Maior que anda há vinte anos a tentar tornar-se numa dessas instituições. Acrescentou que a legislação de 2013 (Lei n.º 6/2013) vem indicar a necessidade de criar para as entidades de economia social (clubes, coletividades e associações) uma nova figura, a figura das entidades de interesse municipal, onde compete aos municípios encontrar a maneira de

regulamentar o benefício do IMI. Solicitou que fosse verificada a situação junto do Secretário de Estado porque tem conhecimento que existem municípios do distrito que já têm o problema resolvido pela aplicação de uma das várias soluções existentes. ----

----- Acerca do assunto em discussão afirmou que esta é uma forma de apoiar as associações e as coletividades que já vem tarde, alertando para a necessidade de se fazer um centro de custos destas atividades e deixando claro que esta forma de ajuda não é uma ajuda mas sim uma parceria para um serviço público que não sendo as coletividades, ninguém o faz. -----

----- Indicou o sentido de voto favorável na expectativa de que este exemplo não demore muito, ou seja, que a demora na negociação com as coletividades não seja à beira do tempo eleitoral. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que se trata do princípio de processo que irá terminar quando terminar porque, tal como todas as outras atividades e projetos a decorrer, não irão parar por conta do discurso que alguns poderão adotar do que todas as decisões e processos têm uma finalidade eleitoralista. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Acrescentou que este procedimento serve apenas e só para regulamentar e clarificar uma prática que já estava a ser utilizada. Ainda em relação ao IMI clarificou que a utilidade municipal precisa de ser regulamentada e enquanto isso não acontecer não pode ser aplicado e acrescentou que aquilo que diz é que há outras soluções e que existe uma solução que irá ser apresentada na revisão do regulamento de apoio ao associativismo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou que a proposta que está pensada não passa por tirar património às associações e coletividades, até porque, como tem sido visto, muito do património da Câmara está atualmente ao cuidado das associações e coletividades, através de contrato comodato. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Questionou se já tinha sido presente à Câmara Municipal a utilização dos transportes pelos estabelecimentos escolares. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Respondeu que sim, que já tinha sido aprovado. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MARÇO DE 2017

constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Ana Carla da Silva Capitão, Técnica Superior, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A TÉCNICA SUPERIOR: _____